



LEI Nº 006/2025, DE 28 DE MAIO DE 2025.

“Dispõe sobre a regulamentação da concessão de uso de bens públicos do Município de Ruy Barbosa e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE RUY BARBOSA, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal, art. 65, faço saber que Câmara Municipal a Mesa da Câmara de Vereadores de Ruy Barbosa, Estado da Bahia, que o Plenário aprovou e promulgou com a seguinte redação, eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica regulamentada, nos termos desta Lei, a concessão de uso, a título oneroso ou gratuito, de bens públicos, móveis ou imóveis, pertencentes ao Município de Ruy Barbosa.

Art. 2º- A concessão de uso terá por finalidade o atendimento de interesses públicos ou privados, em áreas como cultura, educação, esporte, lazer, assistência social, moradia, comércio, prestação de serviços ou qualquer outro fim legítimo.

Art. 3º- A concessão de uso será formalizada mediante contrato administrativo, devidamente autorizado pelo Chefe do Poder Executivo ou autoridade competente, após parecer técnico e jurídico.

Parágrafo único. Fica dispensada a obrigatoriedade de processo licitatório para a concessão de uso tratada nesta Lei.

Art. 4º- A concessão poderá ser:

- I – Gratuita, quando houver interesse social, coletivo ou comunitário reconhecido pelo Poder Público;
- II – Onerosa, mediante contrapartida pactuada no contrato.



Art. 5º- O contrato de concessão de uso deverá conter:

- I – identificação do bem objeto da concessão;
- II – prazo de vigência de 8 (oito) anos, podendo ser renovado por igual período;
- III – obrigações do concessionário quanto ao uso, conservação e devolução do bem;
- IV – penalidades por descumprimento;
- V – cláusula de rescisão unilateral por parte do Município.

VI – descrição da natureza da atividade permitida no imóvel concedido.

Art. 6º- Poderão ser beneficiários da concessão de uso:

- I – pessoas físicas ou jurídicas;
- II – entidades com ou sem fins lucrativos.

Parágrafo único. É vedada a cessão, aluguel, sublocação ou transferência do uso do bem concedido, total ou parcialmente, a terceiros, salvo autorização expressa do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º- A concessão poderá ser revogada a qualquer tempo, por conveniência administrativa ou em caso de descumprimento das cláusulas contratuais.

Art. 8º- A fiscalização do uso do bem será exercida pelo órgão municipal competente, com apoio da Procuradoria do Município, quando necessário.

Art. 9º Fica expressamente autorizada a concessão de uso, a título gratuito, com prazo de 8 (oito) anos, renovável por igual período, dos imóveis públicos abaixo identificados, aos respectivos cessionários que já exercem o uso contínuo, direto e pacífico dos referidos bens há mais de 02 (dois) anos, mediante contrato administrativo, com fundamento no interesse público e no princípio da função social da propriedade pública:



PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

1. Ítalo dos Santos Lima – **CPF:** 019.446.295-01 – **RG:** 819637343 **Imóvel:**
Quiosque Central – Praça Coronel Adalberto Ribeiro Sampaio.
2. Nildo da Cruz Santos – **CPF:** 048.386.695-42 – **RG:** 1009261266
Imóvel: Quiosque Tardezinha – Hipódromo Otto Alencar.
3. Mariana Bispo – **CPF:** 022.751.615 – **RG:** 1128482142
Imóvel: Quiosque da Mariana (Quiosque 02) – Açude Vilobaldo Alencar.
4. Ednilson Carneiro dos Reis – **CPF:** 002.316.365-80 – **RG:** 0772136106
Imóvel: Quiosque nº 03 localizado na Orla do Açude Vilobaldo Alencar.
5. Antônio Dilson Jesus Macedo – **CPF:** 452.411.205 – **RG:** 0358567009
Imóvel: Quiosque – Praça Vicente Moreira – Distrito de Morro das Flores.
6. Roseny Barbosa Lima – **CPF:** 056.390.675-86 – **RG:** 0971695873
Imóvel: Quiosque – Rua Rafael Cerqueira – Vila Nova.
7. Amauri da Silva Sales – **CPF:** 044.369.505-90 – **RG:** 1295521008
Imóvel: Quiosque – Praça da Boa Vista (em frente à Casa da Caridade).
8. Genival Ribeiro de Almeida – **CPF:** 895.044.379-1 – **RG:** 52804325
Imóvel: Quiosque 01 – Praça Helena Jansen.
9. Cristiane de Jesus – **CPF:** 823.598.065-72 – **RG:** 637523805
Imóvel: Quiosque 02 – Praça Helena Jansen.
10. Gecivaldo Santos da Silva – **CPF:** 040.614.075-89 – **RG:** 1446208800
Imóvel: Quiosque – Rua Marina Alves de Araújo – Bairro Vila Nova.
11. Juliana da Silva Oliveira – **CPF:** 045.421.755-29 – **RG:** 1439775044
Imóvel: Quiosque – Praça Santa Tereza, nº 26.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

12. Sueli da Silva Alves – **CPF:** 271.955.798-67 – **RG:** 08.476.083-44

Imóvel: Quiosque Central nº 01 localizado na Orla do Açude Vilobaldo Alencar.

13. Sidney Bastos Rodrigues – **CPF 815.580.905-68, Imóvel:** Quiosque do Sidão, S/N Praça Francisco Sampaio.

14. Edilson Dias de Araújo – **CPF 376.326.555-49, Imóvel: quiosque MEK BURGUER**, S/N Praça Santa Teresa, Bairro Centro, Ruy Babrbosa-Ba.

15. Jailton Silva dos Santos – **CPF:** - **RG Imóvel:** Quiosque sport Lanche, S/N, Praça Santa Teresa, Bairro Centro.

§ 1º A presente autorização visa regularizar o uso já existente e consolidado de bens públicos ocupados com finalidade econômica e social, reconhecendo a boa-fé dos cessionários e a ausência de infrações à sua destinação pública.

§ 2º Os cessionários ficam obrigados a:

I – Utilizar o bem exclusivamente para os fins previstos no contrato;

II – Realizar a manutenção e conservação do imóvel concedido;

III – Submeter-se à fiscalização anual do Poder Executivo Municipal quanto à regularidade do uso e à conservação do bem;

IV – Não transferir o uso ou ceder a terceiros, total ou parcialmente, salvo autorização expressa do Município.

§ 3º A ausência de cumprimento das obrigações acima implicará na revogação da concessão, independentemente de indenização ao cessionário, nos termos do art. 7º desta Lei.

§ 4º A prorrogação da concessão dependerá de requerimento do cessionário, apresentado até 30 (trinta) dias antes do término do prazo, instruído com relatório de cumprimento das obrigações assumidas, laudo de vistoria do imóvel e parecer favorável da Procuradoria Jurídica do Município.

§ 5º O desuso injustificado, por período superior a 60 (sessenta) dias consecutivos, salvo motivo de força maior comprovado, implicará a revogação automática da concessão.



Art. 10. Os contratos administrativos decorrentes desta Lei deverão ser publicados no Portal da Transparência do Município, no prazo de até 10 (dez) dias após sua assinatura, com identificação do cessionário, prazo e finalidade do uso autorizado.

Art. 11. O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, a cada ano, relatório com a lista atualizada dos imóveis públicos concedidos, situação de uso, cumprimento contratual e eventuais irregularidades apuradas.

Art. 12. A concessão de uso de bens públicos no município de Ruy Barbosa, Estado da Bahia, a título gratuito ou oneroso, somente poderá ser formalizada mediante prévia autorização legislativa específica aprovada pela Câmara Municipal através de projeto de Lei.

Art. 13- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ruy Barbosa – BA, 28 de maio de 2025.

Ney Marques Dias

Prefeito Municipal